que aprovada por três quartos dos sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

2 — No caso de dissolução, os bens da Associação revertem a favor do Agrupamento.

Está conforme o original.

19 de Outubro de 2006. — (Assinatura ilegível.) 3000219248

ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO INFANTÁRIO DE COUREL

CAPÍTULO I

Constituição, denominação, sede, natureza, âmbito, objecto, associados, órgãos sociais, património

ARTIGO 1.º

Constituição e denominação

É constituída, nos termos da lei e dos presentes estatutos, uma associação que adopta a denominação de Associação de Pais do Infantiário de Courel, designada abreviadamente por APIC.

ARTIGO 2.º

Duração e sede

A APIC é constituída por tempo indeterminado, a partir de 18 de Setembro de 2006, tem a sua sede no edifício do Jardim-de-Infância de Courel e situa-se no lugar da Igreja da freguesia de Courel, concelho de Barcelos.

ARTIGO 3.º

Natureza

A Associação não tem fins lucrativos, tem gestão própria, goza de autonomia administrativa e financeira, defenderá os valores da democracia pluralista e exercerá as suas actividades sem subordinação a qualquer ideologia política ou religiosa.

ARTIGO 4.º

Âmbito

A Associação congrega e representa todos os pais e encarregados de educação do Jardim-de-Infância da freguesia de Courel.

ARTIGO 5.º

Objecto

A Associação tem por objectivo fundamental colaborar com todos os agentes educativos de forma a melhorar quantitativa e qualitativamente as actividades, os recursos pedagógicos, humanos, físicos e financeiros do Jardim-de-Infância de Courel, com vista ao bem-estar das crianças, à qualidade do ensino, ao sucesso escolar e à satisfação das necessidades das respectivas famílias e da restante comunidade educativa.

ARTIGO 6.º

Competências

1 — Na prossecução dos seus fins, compete à Associação:

a) Apoiar os pais e encarregados de educação a cumprir a sua missão de educadores;

b) Organizar, colaborar ou participar em actividades circum-escolares de apoio ao projecto educativo ou que promovam novos sentidos de educação, induzindo valores sociais que tenham em conta a cooperação, a participação, a motivação e a cidadania;

c) Participar, nos termos da lei, na definição da política de ensino;

d) Participar nos órgãos de administração da escola, nos termos da legislação em vigor;

e) Intervir junto dos órgãos de gestão da escola e ou de outras entidades competentes para a apresentação e resolução de problemas da vida escolar e prestar, dentro das suas possibilidades, a colaboração que eventualmente lhe venha a ser solicitada;

f) Promover iniciativas que permitam melhorar quantitativa e qualitativamente as instalações, os equipamentos, os recursos humanos das escolas e jardins, de forma a criar condições de bem-estar, qualidade do ensino e sucesso escolar;

g) Participar no movimento de pais e encarregados de educação ao nível local, regional e nacional;

h) Contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento das relações de convivência entre todos os agentes educativos, nomeadamente entre alunos, professores, pais, funcionários e autarquia.

CAPÍTULO II

Dos associados

ARTIGO 7.º

Associados

Os associados podem ser de três categorias: efectivos, honorários e beneméritos.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

ARTIGO 8.º

Dos órgãos sociais

1 — São órgãos da APIC:

a) A assembleia geral;

b) A direcção;

c) O conselho fiscal.

2 — Da composição de cada um dos órgãos sociais da APIC deverão fazer parte pais e encarregados de educação representantes dos alunos do Jardim-de-Infância de Courel.

CAPÍTULO IV

Capacidade jurídica e património

ARTIGO 9.º

Direitos, obrigações e património

1 — A Associação pode ser titular de património móvel e imóvel.

2 — Em caso de dissolução da Associação, a assembleia geral decidirá qual o destino a dar ao seu património (bens móveis e imóveis, valores e direitos), ressalvando o disposto no artigo 166.º do Código Civil Português.

CAPÍTULO V

Dissolução da Associação

ARTIGO 10.º

Extinção

A Associação só poderá ser dissolvida por deliberação da assembleia geral, convocada expressamente para o efeito, com o voto favorável de três quartos de todos os associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 11.º

Alteração dos estatutos

Os presentes estatutos só poderão ser alterados por deliberação favorável de três quartos dos sócios efectivos presentes na assembleia geral, convocada expressamente para o efeito.

ARTIGO 12.º

Casos omissos

No que estes estatutos sejam omissos rege o regulamento geral interno, cuja aprovação e alterações são da competência da assembleia geral, e no qual se definirão todos os aspectos inerentes à boa execução dos estatutos e ao regular funcionamento desta associação de pais, nomeadamente quanto aos aspectos referentes a categorias, direitos e deveres dos associados, órgãos sociais, sua composição, competências e funcionamento, eleições, mandatos, finanças, patrimónios, alterações regulamentares e as disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 13.º

Comissão instaladora

Entre a aquisição da personalidade jurídica por parte da APIC e a realização da assembleia geral destinada à eleição dos órgãos sociais, esta Associação será gerida por uma comissão instaladora constituída pelos três sócios fundadores.

ARTIGO 14.º

Aprovação dos estatutos

Os presentes estatutos foram aprovados por unanimidade, em assembleia geral de pais e encarregados de educação dos alunos que frequentam o Jardim-de-infância de Courel, realizada no dia 18 de Setembro de 2006.

Está conforme o original.

19 de Outubro de 2006. — (Assinatura ilegível.) 3000219249

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB1/JI DE MACEIRA

Estatutos

CAPÍTULO I

Da denominação, natureza e fins

ARTIGO 1.º

A Associação de Pais e Encarregados da EB1/JI de Maceira, também designada abreviadamente por APEEEB1/JIM, congrega e representa pais e encarregados de educação da EB1/JI de Maceira.

ARTIGO 2.º

A APEEEB1/JIM é uma instituição sem fins lucrativos, com duração ilimitada, que se regerá pelos presentes estatutos e, nos casos omissos, pela lei geral.

ARTIGO 3.º

A APEEEB1/JIM tem a sua sede social na Escola Básica de Maceira, na freguesia de Montelavar, concelho de Sintra.

ARTIGO 4.º

A APEEEB1/JIM exercerá as suas actividades sem subordinação a qualquer ideologia política ou religiosa.

ARTIGO 5.º

Fins

A Associação tem como finalidade:

a) Dinamizar e consciencializar os associados em ordem à vivência e defesa dos valores fundamentais da família e dos deveres do educador, de modo a assegurar o bom desempenho da acção educativa da Escola;

b) Fomentar a colaboração efectiva entre pais e encarregados de educação e a restante comunidade educativa, nomeadamente através da participação nos órgãos de gestão escolar;

c) Contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento de relações de convivência, colaborando estreitamente com a Escola no estabelecimento da complementaridade formativa família-escola, em especial no que concerne ao ATL e refeitório;

d) Apoiar e desenvolver iniciativas de carácter educativo ou social compatíveis com a natureza e objectivos da Associação, de iniciativa própria ou sempre que para tal seja solicitada a sua colaboração, quer pela Escola quer por associações congéneres ou outras entidades interessadas no sucesso educativo;

e) Informar os pais e encarregados de educação, associados ou não, quanto ao funcionamento da Escola e da política educativa.

ARTIGO 6.º

Compete à APEEEB1/JIM:

a) Pugnar pelos justos e legítimos interesses dos alunos na sua posição relativa à escola, à educação e à cultura;

b) Estabelecer o diálogo necessário para a recíproca compreensão e colaboração entre todos os membros da Escola;

c) Promover e cooperar em iniciativas da Escola, sobretudo na área escola e nas de carácter físico, recreativo e cultural;

d) Promover o estabelecimento de relações com outras associações similares ou suas estruturas representativas, visando a representação dos seus interesses junto do Ministério da Educação.

CAPÍTULO II

Dos associados

ARTIGO 7.º

Associados

1 — Podem ser associados da APEEEB1/JIM:

a) Todos os pais e encarregados de educação dos alunos que frequentam a Escola, considerando-se sócios efectivos;

b) Qualquer pessoa ou entidade que, em assembleia geral, por proposta da direcção ou de 10 % dos associados, seja aprovado como tal, considerando-se sócio honorário.

2 — Perdem a qualidade de sócio aqueles que:

a) Comunicarem por escrito a sua demissão à direcção;

b) Deixarem de pagar as quotas;

c) Faltando ao cumprimento de outros deveres, sejam demitidos em assembleia geral, sob proposta devidamente fundamentada da direcção.

ARTIGO 8.º

Direitos

1 — São direitos dos sócios efectivos:

a) Participar nas assembleias gerais;

b) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais previstos nos estatutos;

c) Utilizar a Associação para a resolução de quaisquer problemas relacionados com a Escola e com os seus filhos ou educandos, que caibam no âmbito destes estatutos;

d) Utilizar os serviços prestados pela APEEEB1/JIM, subordinando-se às condições regulamentares aprovadas em assembleia geral;

e) Requerer a reunião de assembleia geral, nos termos da alínea b) do artigo 11.º dos estatutos.

2 — São direitos dos sócios honorários:

a) Participar nas reuniões de assembleia geral, podendo intervir na apresentação de propostas próprias, mas sem direito a voto;

b) Ser informados das posições e actividades da Associação;

c) O sócio honorário não pode eleger nem ser eleito;

d) O sócio honorário não pode usufruir dos serviços sociais prestados pela Associação.

ARTIGO 9.º

Deveres dos associados

São deveres dos sócios efectivos e extraordinários:

a) Colaborar nas actividades da Associação, contribuindo para a realização dos seus objectivos;

b) Exercer com zelo e diligência os cargos para que forem eleitos e ou nomeados pelo conselho executivo;

c) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e os regulamentos internos;

d) Pagar a quota anual, de acordo com o prazo e montante estabelecido em assembleia geral;

e) Comunicar ao conselho executivo a mudança de residência.

ARTIGO 10.º

Perda de qualidade

Perdem a qualidade de associados aqueles que:

a) Comunicarem por escrito a sua demissão ao conselho executivo;

b) Não paguem a quota ou outros valores estabelecidos, no âmbito de serviços prestados, no prazo indicado e pela forma regulamentar;

c) Faltando ao cumprimento de outros deveres, sejam demitidos em assembleia geral, sob proposta devidamente fundamentada do conselho executivo;

d) Os pais ou encarregados de educação cujos filhos deixem de estar matriculados na Escola.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

ARTIGO 11.º

São órgãos sociais da APEEEB1/JIM a assembleia geral, o conselho directivo e o conselho fiscal.

ARTIGO 12.º

Mandato

1 — O mandato dos órgãos da Associação dura pelo período de dois anos.